



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

**Vol. 19, Número 1, jan-jun, 2026, pág. 310-326**

## **O NAAI como espaço de permanência estudantil para os estudantes com deficiência na UECE**

**NAAI as a student accommodation space for students with disabilities at UECE**

**Jordana Dias de Oliveira<sup>1</sup>**

**Arthur Dias de Moura Nascimento<sup>2</sup>**

**Giovana Maria Belém Falcão<sup>3</sup>**

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a atuação do Núcleo de Acessibilidade e Apoio à Inclusão (NAAI) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) como um espaço de permanência estudantil para pessoas com deficiência. O estudo de abordagem qualitativa, configura-se como estudo exploratório e ouviu, por meio de uma entrevista semiestruturada a coordenadora do núcleo. A análise dos dados evidenciou que o NAAI vem exercendo papel fundamental na acessibilidade e inclusão dos estudantes atendidos pelo núcleo, possibilitando ações que contribuem na aprendizagem e permanência desses estudantes. No entanto, ainda enfrenta muitos desafios, seja pelo reduzido número de profissionais, por barreiras estruturais e atitudinais ainda presentes na universidade ou pela pouca visibilidade do núcleo. A entrevistada defende a necessidade de maior investimento na formação dos professores e na ampliação da articulação do NAAI com outras instâncias da universidade.

**Palavras-chave:** Inclusão de pessoas com deficiência; Acessibilidade; Educação superior; Permanência estudantil.

### **ABSTRACT**

This article aims to reflect on the role of the Accessibility and Inclusion Support Center (NAAI) at the Ceará State University (UECE) as a student retention space for people with disabilities. This qualitative, exploratory study involved semi-structured interviews with the center's coordinator. Data analysis revealed that the NAAI has played a fundamental role in the accessibility and inclusion of the students it serves, enabling actions that contribute to their learning and retention. However, it still faces many challenges, whether due to the limited staffing, structural and attitudinal barriers still present at the university, or the center's limited visibility. The interviewee advocates for greater investment in teacher training and for expanding the NAAI's connections with other university departments.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará - UECE; Pesquisadora em Educação Positiva aplicada ao tratamento de crianças com Transtorno de Espectro Autista. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3391-4660>

<sup>2</sup> Graduando em Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará - UECE; Pesquisador na área de Educação e Desenvolvimento Infantil; ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-3558-1872>

<sup>3</sup> Doutora em Educação (UECE); Mestra em Educação (UFC) e Graduada em Psicologia (UFC). Professora do Centro de Educação da UECE lotada no curso de Pedagogia e no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da UECE. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0995-1614>



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**  
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

**Keywords:** Inclusion of people with disabilities; Accessibility; Higher education; Student retention.

## 1 INTRODUÇÃO

Desde os anos 1990, o Brasil assume em seus marcos legais, a educação especial na perspectiva inclusiva, expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB/9394/96 (1996); Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Inclusiva (2008) e na Lei Brasileira de Inclusão (2015). Desde então, o ingresso de pessoas com deficiência nas escolas e universidades se ampliou. Contudo, o acesso, embora essencial, não garante a permanência, aprendizagem e a conclusão dos cursos. A permanência exige uma estrutura sólida de suporte pedagógico, físico e emocional, como ressaltam Mantoan (2003) e Glat (2012), que defendem que a verdadeira inclusão pressupõe a transformação das práticas institucionais, curriculares e relacionais.

Neste contexto, os Núcleos de Acessibilidade surgem nas universidades públicas federais com o objetivo de garantir a permanência e viabilizar o acesso às atividades educacionais que acontecem no âmbito acadêmico, eliminando barreiras pedagógicas, atitudinais, arquitetônicas, de informação e garantindo acessibilidade aos estudantes com deficiência (Brasil, 2013). A consolidação e criação destes núcleos, fomentada a partir da criação do “Programa Incluir” no MEC (2005) e implementado até 2011, tinha por objetivo promover o desenvolvimento e acessibilidade aos estudantes com deficiência presentes nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES. Financiado pelo Ministério da Educação, os Núcleos de Acessibilidade foram criados ou reestruturados em universidades promovendo ações de acessibilidade e inclusão em todos os estados brasileiros. Nas universidades estaduais, municipais e de outra natureza, a criação dos núcleos fica a critério da legislação local.

A presença de Núcleos de Acessibilidade na educação superior brasileira é resultado de políticas públicas voltadas à inclusão e da crescente demanda de estudantes com deficiência que necessitam de condições de equidade, acesso e permanência. Esses núcleos, criados em diversas universidades públicas e privadas, têm como função central planejar, articular e implementar ações que eliminem barreiras físicas, pedagógicas e comunicacionais



## **Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

no ambiente acadêmico como citam Carvalho (2010); Bueno (2006). Entre suas atribuições, destacam-se a

adaptação de materiais e avaliações, a mediação com docentes e coordenações de curso, a oferta de serviços especializados — como intérpretes de Libras, audiodescrição e tecnologias assistivas — e a promoção de formações continuadas voltadas à sensibilização da comunidade universitária" (Silva; Guarinello; Martins, 2016).

O Núcleo de Acessibilidade e Apoio à Inclusão (NAAI) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), constitui-se como um espaço de acolhimento, orientação e suporte aos estudantes com deficiência da universidade. Criado oficialmente em 2021, o NAAI representa um marco institucional na luta por inclusão, mas sua existência é resultado de um processo iniciado por iniciativas anteriores (Bezerra, 2022).

Conforme informações disponíveis no site do núcleo, o trabalho do NAAI é realizado de forma contínua e estratégica, acontece em toda as unidades da UECE, com foco na mediação de demandas entre estudantes, professores e setores administrativos. Dentre os serviços oferecidos, estão a tradução e interpretação em Libras, audiodescrição, adaptação de provas e materiais didáticos, suporte para deslocamentos, orientação aos docentes e intervenções físicas pontuais, como a adaptação de mesas para cadeirantes no restaurante universitário. O núcleo conta atualmente com 24 intérpretes, 13 auxiliares e 3 audiodescritores, além de estudantes bolsistas e professores do curso de Pedagogia atuando em campus do interior do estado.

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a atuação do Núcleo de Acessibilidade e Apoio à Inclusão (NAAI) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) como um espaço de permanência estudantil para pessoas com deficiência. O estudo de natureza qualitativa, ouviu por meio de entrevista semiestruturada, a coordenadora do núcleo, professora Marisa Ferreira Aderaldo, que ressaltou o trabalho, as dificuldades e a expansão do NAAI.

Este texto consta desta introdução, em seguida, apresentamos a proposta metodológica que norteou o estudo. Na sequência apresentamos sobre a construção de uma proposta de inclusão para os estudantes com deficiência na UECE, com ênfase no NAAI e



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**  
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)  
na continuidade, apresentamos a análise dos dados produzidos a partir da entrevista, as considerações finais e, por fim, as referências.

## **2 METODOLOGIA**

A investigação toma como referência a abordagem qualitativa, assume natureza empírica, configurando-se como estudo exploratório. A pesquisa qualitativa busca compreender as particularidades e as experiências individuais dos indivíduos e na perspectiva de Minayo (2014), ela responde às questões mais específicas que não podem ser quantificadas. Conforme Gil (2008), o estudo exploratório objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito.

A produção dos dados aconteceu por meio de entrevista semiestruturada, com a coordenadora do NAAI, que ocorreu em abril de 2024 nas dependências do NAAI, com perguntas abertas que objetivaram compreender sobre a atuação do núcleo, ações desenvolvidas para os estudantes com deficiência da Universidade Estadual do Ceará. A entrevista aconteceu nas dependências do NAAI, a coordenadora assinou o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

A análise dos dados resultou em 2 (duas) categorias a saber: Inclusão e as barreiras persistentes no ambiente universitário da UECE e Colaboração interdisciplinar na inclusão de estudantes com deficiência.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **3.1 O NAAI e o processo de inclusão na UECE.**

As primeiras ações voltadas para a inclusão dos estudantes com deficiência na UECE surgem ainda em meados de 2009 com a “Comissão de Acessibilidade da UECE”, sendo um marco para tais práticas. Neste projeto, aconteceram diversas mudanças para que práticas de inclusão fossem implantadas no interior da universidade, sendo as arquitetônicas mais relevantes. Entretanto, apesar de ter obtido grandes resultados na esfera arquitetônica,



## **Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

a comissão findou em 2012 com a não renovação da Portaria que a regularizava (Bezerra, 2022), dando lugar a uma nova comissão denominada Comissão Permanente de Acessibilidade de Pessoas com Deficiência e Mobilidade reduzida – CPA Acesso.

A comissão tinha o objetivo de disseminar práticas de acessibilidade e inclusão nos espaços da universidade e desenvolveu ações que trouxeram resultados positivos para o espaço da UECE, que iam desde o ensino até a viabilização do ingresso de estudantes com deficiência para o campus e para os cursos de graduação da respectiva instituição. Bezerra (2022), reconhece a importância dessas comissões, mas enfatiza que elas tinham muitos limites institucionais, não conseguindo atender a demanda que crescia ano a ano com o ingresso dos estudantes na universidade, inclusive nas unidades localizadas no interior do Ceará.

A institucionalização do Núcleo de Acessibilidade e Apoio à Inclusão (NAAI), aconteceu somente no ano de 2021 e representou um marco na inclusão de estudantes com deficiência, pois garantiu maior estabilidade às ações e possibilitou o crescimento da equipe e do alcance do trabalho. O NAAI da Universidade Estadual do Ceará (UECE) tem se consolidado como uma estrutura fundamental para a permanência de estudantes com deficiência no ensino superior. Seu trabalho não se limita à acessibilidade física ou à presença de intérpretes: ele se manifesta no cotidiano da universidade, por meio da adaptação de materiais, orientações aos docentes, suporte aos setores administrativos e acompanhamento constante das demandas dos alunos.

O núcleo realiza ainda adaptações para provas, como impressão em *braille* ou em tamanho ampliado, apoio a deslocamentos e orientação para uso de tecnologias assistivas em bibliotecas e salas de aula. Essas ações operacionais se alinham ao que Mantoan, (2003) chama de “intervenções institucionais para viabilizar o direito à aprendizagem”, ultrapassando o simples oferecimento de recursos físicos. Na sequência, ampliaremos a compreensão sobre esse importante serviço da UECE, a partir da análise da entrevista realizada com a coordenadora do NAAI.



#### **4. O NAAI como estrutura de apoio à permanência estudantil**

A análise dos dados resultou em duas categorias a saber: Inclusão e as barreiras persistentes no ambiente universitário da UECE e Colaboração interdisciplinar na inclusão de estudantes com deficiência, o que será apresentado a seguir.

##### **4.1 Inclusão e as barreiras persistentes no ambiente universitário da UECE**

Apesar dos avanços no campo da inclusão, a realidade de muitas universidades brasileiras ainda evidencia a distância entre a legislação e a prática cotidiana. Barreiras arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais, revelam que a acessibilidade muitas vezes é tratada de forma paliativa, dependente de soluções improvisadas, em vez de resultar de um planejamento universal e estruturado. Guimarães (2021) destaca que as burocracias institucionais, muitas vezes, servem de justificativas para mascarar as barreiras estruturais e manter as práticas pedagógicas padronizadas, sem considerar as necessidades específicas dos estudantes, reforçando assim, o capacitismo.

Sobre as barreiras ainda persistentes para a inclusão na UECE, a entrevistada conta que as barreiras arquitetônicas persistem em diversos *campus*. Sendo assim, as alternativas vão sendo construídas uma a uma, para que o aluno possa ter acessibilidade. A coordenadora continua: *“É o caso de ter um aluno da História que a gente sempre avisa o coordenador lá. Porque lá na História não tem elevador, mas a gente avisa e o que o coordenador coloca todas as disciplinas daquele aluno no andar térreo”*.

Como afirma Sasaki (2009), a acessibilidade deve ser concebida de maneira antecipada e abrangente, evitando que adaptações individuais substituam o planejamento inclusivo das instituições. Essa solução sem planejamento antecipado, embora eficaz em curto prazo, revela a ausência de uma infraestrutura planejada de forma universal. De forma semelhante, a barreira comunicacional se apresenta na falta de acessibilidade dos canais oficiais da universidade, como sites, editais e comunicados institucionais.



## Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

As barreiras pedagógicas, se expressam, muitas vezes, no pouco envolvimento do professor em oferecer condições para que o estudante consiga ter acesso aos conteúdos e conhecimentos nas disciplinas a fim de garantir a aprendizagem. Em sua narrativa, a coordenadora explica que antes de iniciar o semestre o professor visualiza na caderneta se na turma consta aluno com deficiência, no entanto, muitas vezes o docente justifica que ficou surpreso ao saber que tinha aluno com deficiência. A coordenadora explica:

*O professor, mesmo antes de começar a disciplina, quando ele recebe uma semana antes o professor online, ele pode abrir uma coluna, tem uma coluna especial, e vai saber se tem alunos cegos, surdos, cadeirantes. Isso é importante. Nós mandamos para todas as coordenações. Atenção, senhor coordenador ou senhora coordenadora, no seu curso existem tais, tais, tais alunos. Queira avisar os seus respectivos professores. Então o professor não tem a menor desculpa de falar assim “Ah, comecei a minha aula e tinha um aluno cego”. Não tem essa desculpa. Da mesma forma que a gente se preocupa também onde tem aluno que é cadeirante em um lugar onde não tem elevador.*

No entendimento da coordenadora, a universidade precisa investir mais em formação para os professores. Vejamos o que diz: “*Falta formação continuada. E não adianta dizer ‘eu não tive’. Pois vá ter! E não pode esperar que o NAAI dê conta disso. A universidade tem essa obrigação*”. Ainda abordando sobre a formação dos professores, a entrevistada diz: “*A gente tem um número pequeno de pessoas espalhadas em toda a universidade. Então, os professores têm que fazer a sua parte. E como é que o professor vai fazer a sua parte? É aí que eu entro com a minha crítica, que falta formação continuada*”.

A formação docente é aspecto que precisa ser fortalecido para favorecer a inclusão em todos os níveis de ensino, embora saibamos que ela sozinha não atende a todas as demandas da inclusão, é preciso outros investimentos, como explicitam Santos e Falcão (2020). As autoras defendem que a formação de professores deve oportunizar análises e reflexões críticas, contribuindo para a apropriação de conhecimentos técnicos-científicos e a construção de conhecimentos que proporcionem mudanças significativas nas concepções, crenças, atitudes sobre a deficiência, favorecendo práticas político-pedagógicas, verdadeiramente, inclusivas.





## **Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Em outro momento de sua fala a entrevista reafirma a necessidade urgente de preparar os cursos de graduação para receber e formar adequadamente os estudantes com deficiência e destaca que as barreiras atitudinais ainda persistem. Como explica Sassaki (2003), as barreiras atitudinais dizem respeito a preconceitos, estigmas e comportamentos discriminatórios que limitam a participação plena das pessoas com deficiência, sendo imprescindível superá-las por meio da sensibilização e da educação inclusiva em todos os níveis de ensino. Rech (2018), aponta que certamente, as barreiras atitudinais são as mais difíceis e demoradas para serem removidas.

A entrevistada relata ainda sobre a sobrecarga de tarefas, especialmente em relação aos intérpretes, que precisam se adaptar a uma diversidade imensa de conteúdos em áreas como Química, Direito e Educação Física no mesmo dia, exigindo alto grau de competência linguística e emocional, o que torna o trabalho exaustivo. *“Eles lidam com um campo linguístico que não tem limite. Participam de palestras sobre política, depois vão para uma aula de carbono zero”*.

As diversas barreiras apontadas pela entrevistada revelam que a UECE, embora tenha avançado muito em relação à inclusão de seus estudantes com deficiência, ainda tem muito a fazer para eliminar ou minimizar tais barreiras, necessitando do envolvimento de todos, afinal não se faz inclusão sozinha, discussão que será abordada na próxima categoria.

### **4.2 Colaboração interdisciplinar na inclusão de estudantes com deficiência.**

A inclusão educacional em qualquer nível de ensino depende de um compromisso coletivo que ultrapassa as ações isoladas de setores especializados. Quando diferentes profissionais envolvidos no processo, trabalham de forma articulada, é possível construir respostas mais completas e sensíveis às diversas necessidades dos estudantes. Como afirma Glat (2012), a colaboração interdisciplinar fortalece o processo inclusivo ao integrar saberes e práticas, garantindo que a acessibilidade não seja vista como responsabilidade exclusiva de um núcleo ou departamento, mas como parte da missão institucional de toda a universidade.





## **Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Em sua narrativa, a coordenadora enfatizou por várias vezes a importância da atuação interdisciplinar para a inclusão. Ao abordar sobre o atendimento a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), dislexia, ansiedade ou paralisia cerebral, ela destaca que muitos casos exigem escuta qualificada e estratégias específicas que extrapolam a atuação técnica: *“Sempre que aparece um caso assim, que requer atendimento mais pedagógico, eu peço socorro. É aí que entram os pedagogos, o pessoal da terapia ocupacional e da psicologia.”*

Essa perspectiva reforça que a promoção da inclusão não deve ser entendida como responsabilidade exclusiva de núcleos específicos, mas como um compromisso institucional e coletivo que deve atravessar todos os setores da universidade. De acordo com Glat (2012), a

efetivação da inclusão no ensino superior depende da articulação entre diferentes áreas do conhecimento e da corresponsabilidade de toda a comunidade acadêmica, com ênfase especial nos cursos de licenciatura, que têm papel estratégico na formação de futuros professores capazes de atuar com diversidade. Ribeiro (2021) defende que a formação inicial ocupa um papel central na construção dos saberes exigidos à docência no paradigma inclusivo, possibilitando que os estudantes eliminem pré-conceitos e concepções arraigadas sobre a deficiência e construam novos sentidos sobre a inclusão.

Outrossim, para atuar em atividades relacionadas à Educação Especial, o profissional docente deve ter conhecimentos gerais e específicos sobre a área desde a graduação que é a formação básica até a formação continuada. É, portanto, com essa formação que o profissional atuará de forma interdisciplinar em espaços de atendimento educacional especializado, salas de ensino regular, salas de recursos multifuncionais, núcleos de acessibilidade no ensino superior, em salas hospitalares e na oferta de serviços de educação especial (PNEEPEI, 2008).

A coordenadora menciona que vários coordenadores do NAAI, nos campi do interior são profissionais da Pedagogia, o que fortalece o vínculo entre o núcleo e os processos formativos dos cursos de licenciatura. Assim sugere que os cursos de pedagogia assumam um papel mais proativo na formação continuada de professores das demais



## **Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

licenciaturas, estendendo esse compromisso à universidade como um todo. Tal proposta está alinhada ao entendimento de Sassaki (1997), de que a inclusão deve ser institucional, sistêmica e compartilhada.

Outro aspecto abordado pela coordenadora, que corrobora com a frágil articulação do NAAI com outros setores da universidade é o silenciamento em relação as ações do NAAI. Ela enfatiza que apesar da atuação contínua, muitos dos esforços do núcleo permanecem invisíveis perante a comunidade acadêmica e alguns professores e estudantes desconhecem a existência do NAAI, mesmo a equipe buscando divulgar as ações em eventos, redes sociais e em reuniões com coordenadores e professores.

Neste sentido, destacamos a necessidade de pensar em ações mais efetivas de divulgação do NAAI, tendo em vista que é preciso que estudantes, professores e toda a

comunidade acadêmica, conheçam as importantes ações desenvolvidas pelo núcleo e se impliquem enquanto partícipes na inclusão dos estudantes com deficiência.

### **5. Caminhos para o fortalecimento da inclusão na UECE: Propostas e desafios futuros**

A análise da atuação do NAAI e das barreiras persistentes na UECE, conforme o relato, não apenas mostra os desafios, mas também aponta para caminhos possíveis para o fortalecimento da inclusão. A seguir falaremos sobre a sistematização dessas propostas, articulando-as com a literatura acadêmica e os marcos legais, a fim de delinear ações estratégicas para o futuro. A superação dos desafios depende de um compromisso coletivo que transcende as ações isoladas de um núcleo especializado.

#### **5.1 A Urgência da Formação Docente Continuada e Institucionalizada**

Um ponto importante destacado repetidamente na entrevista, é a necessidade de maior investimento na formação de professores. A coordenadora sempre afirma que a responsabilidade pela formação continuada não pode ser exclusivamente do NAAI, mas é



## **Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

uma "obrigação" da universidade como um todo. Segundo ela, os professores "têm que fazer a sua parte" e, para isso, a formação é fundamental.

Esta visão está alinhada com Santos e Falcão (2020), que defendem que a formação docente deve promover reflexões críticas para transformar concepções e atitudes sobre a deficiência, resultando em práticas político-pedagógicas verdadeiramente inclusivas. Além disso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva PNEEPEI (2008) prevê que o profissional da Educação Especial deve ter conhecimentos específicos desde a graduação. Nesse sentido, a fala da coordenadora sugere que a UECE precisa estruturar um programa de formação continuada robusto e obrigatório, que aborde não apenas aspectos técnicos, mas também as barreiras atitudinais que ainda persistem.

### **5.2. Da Solução Paliativa ao Planejamento Universal**

A permanência de barreiras arquitetônicas e comunicacionais evidencia uma abordagem de acessibilidade na UECE que prioriza a reação e a improvisação em detrimento do planejamento estruturado. Transferir um aluno de sala devido à ausência de um elevador ilustra perfeitamente essa solução paliativa: embora resolva a urgência, ela falha em enfrentar a raiz da questão estrutural.

A superação desse modelo exige a adoção do conceito de Desenho Universal, que pressupõe a concepção de espaços, artefatos e serviços para serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação Sassaki (2009). Isso implica que futuros projetos de reforma e construção na UECE, bem como o desenvolvimento de seus sistemas de comunicação digital, devem incorporar os princípios da acessibilidade desde sua concepção. Mover-se de uma lógica de "adaptação razoável" para uma de "planejamento inclusivo" é fundamental para garantir a autonomia e a plena participação dos estudantes.

### **5.3 Fortalecimento da Colaboração Interdisciplinar e da Corresponsabilidade Institucional**



## **Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

A coordenadora do NAAI enfatiza que a inclusão não se faz sozinha e depende de uma forte atuação interdisciplinar. Ela menciona a necessidade de "pedir socorro" a profissionais da pedagogia, terapia ocupacional e psicologia para atender a demandas específicas de estudantes, como aqueles com TEA. Essa prática corrobora a visão de Glat (2012), para quem a colaboração entre diferentes saberes fortalece o processo inclusivo.

No entanto, a coordenadora também aponta para uma "frágil articulação do NAAI com outros setores da universidade" e um "silenciamento" em relação às suas ações. Muitos na comunidade acadêmica ainda desconhecem a existência ou o papel do núcleo. Para combater essa invisibilidade, são necessárias ações mais efetivas de divulgação. Mais do que isso, é preciso consolidar a inclusão como uma missão institucional, conforme defendem Glat (2012) e Sasaki (1997), onde cada setor se entende como corresponsável.

Nesse contexto, os cursos de licenciatura, especialmente o de Pedagogia, assumem um papel estratégico. A coordenadora sugere que esses cursos poderiam ser mais proativos na

formação de professores de outras áreas, aproveitando que muitos coordenadores do NAAI no interior são pedagogos. Tal articulação fortaleceria a formação inicial de todos os futuros professores, contribuindo para que a inclusão se torne um pilar na cultura de toda a universidade.

### **5.4. Valorização Profissional e Estruturação da Equipe**

Por fim, a análise da entrevista revela a sobrecarga de trabalho dos profissionais do NAAI, evidenciada pelo relato sobre a exaustiva rotina dos intérpretes de Libras. O número reduzido de profissionais é um dos grandes desafios enfrentados pelo núcleo. Para que o NAAI possa cumprir seu papel fundamental de garantir a acessibilidade e a permanência, é imprescindível que a universidade invista na ampliação e na estruturação de sua equipe. Isso inclui não apenas a contratação de mais profissionais, mas também a oferta de condições de trabalho adequadas e de formação continuada para a própria equipe do núcleo, garantindo que possam lidar com a crescente e complexa demanda da universidade.



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise dos dados revelou a importância que as ações do NAAI trazem para a vida acadêmica dos estudantes atendidos no núcleo, embora ainda enfrente muitos desafios. A partir do diagnóstico das barreiras e da colaboração interdisciplinar, torna-se possível vislumbrar caminhos estratégicos para o fortalecimento da política de inclusão na universidade. O NAAI, possui papel fundamental na acessibilidade e inclusão dos estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação da UECE, possibilitando ações que contribuem na aprendizagem e permanência desses estudantes. Outrossim, é importante ressaltar que a inclusão não deve se limitar somente aos serviços oferecidos pelo NAAI, mas a universidade precisa investir em ações que favoreçam esse processo, seja em estrutura arquitetônica, tecnologia assistiva, equipamentos, recursos humanos especializados e na formação de seus professores e servidores.

Os núcleos de acessibilidade possuem um papel importante na inclusão de estudantes da educação superior, oferecendo serviços especializados e acolhimento para aqueles que, muitas vezes, possuem seus direitos violados ou minimizados. Portanto, são espaços essenciais para a formação dos alunos atendidos e sensibilização e apoio para os professores e servidores. Entender que a inclusão é responsabilidade de todos, torna-se imprescindível para a superação de barreiras, sendo estas não somente arquitetônicas, mas atitudinais, pedagógicas e de comunicação, promovendo assim um condições para que o aluno não apenas acesse a universidade, mas permaneça, aprenda e possa participar das atividades de ensino, pesquisa e a extensão.

## **REFERÊNCIAS**

BEZERRA, Tarcileide Maria Costa. **Docência e inclusão do estudante com deficiência na Universidade Estadual do Ceará (UECE)**. 2022. 365 f. Tese (Doutorado em 2022) - Universidade Estadual do Ceará, 2022. Disponível em:



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=106704> Acesso em: 22 de julho de 2025

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 27.833, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 29 out. 2025.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Incluir**. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-modalidades-especializadas-de-educacao/programa-incluir>. Acesso em: 29 out. 2025.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação inclusiva: história, conceito e práticas**. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: [https://edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/e-book\\_inclusao\\_escolar\\_2008\\_0.pdf](https://edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/e-book_inclusao_escolar_2008_0.pdf). Acesso em: 18 jul.2025.

CARVALHO, Rosita Edler. **Inclusão: o paradigma do século XXI**. Porto Alegre: Mediação, 2010. Disponível em: [https://jefersongonzalez.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/09/1\\_carvalho.pdf](https://jefersongonzalez.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/09/1_carvalho.pdf). Acesso em: 18 jul.2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais**. 2. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/yj87j/00>. Acesso em: 29 out. 2025.

GUIMARÃES, Décio Nascimento. **Educação Superior sob múltiplos olhares: por uma visão emancipatória**. Educação Superior, inclusão e acessibilidade: reflexões contemporâneas. /

Francisco Ricardo Lins V. Melo, Érica Simony F. M. Guerra, Margareth Maciel F. D. Furtado (Orgs.). – Campos dos Goytacazes (RJ): Encontrografia, 2021.



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em:

<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLAR>

Acesso em: 29 out. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suelli Ferreira. (org). **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2014.

RECH, Andréia Jaqueline Devalle. *A organização do Atendimento Educacional Especializado para o aluno com Altas Habilidades/Superdotação. Atendimento educacional especializado, altas habilidades superdotação*. Santa Maria-RS: FACOS-UFSM, p. 157-184, 2018.

RIBEIRO, Disneylândia Maria. **Docência no paradigma inclusivo: a constituição de saberes e práticas no contexto da formação inicial de professores**. 2021. Tese (doutorado). Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2021.

RIBEIRO, K. UNIVERSIDADES ESTADUAIS NORDESTINAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE ACESSIBILIDADE. **Educere et Educare**, [S. l.], v. 17, n. 43, p. 125–146, 2022. DOI: 10.48075/educare.v17i43.29701. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/29701>. Acesso em: 14 ago. 2025.

SANTOS, Geandra Claudia Silva; FALCÃO, Giovana Maria Belém (org.). *Educação especial inclusiva e a formação de professores: contribuições teóricas e práticas*. Curitiba: Appris, 2020. p. 11-28.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. Disponível em: <https://archive.org/details/inclusaoconstrui0000sass>. Acesso em: 18 jul.2025.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação*. **Revista Nacional de Reabilitação** (Reação), São Paulo, Ano 12, p. 10-16, mar./abr. 2009. Acesso em: 29 out. 2025.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: VIVARTA, Veet (org.). **Mídia e deficiência**. Brasília: ANDI/Fundação Banco do Brasil, 2003, p. 160-165. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/TERMINOLOGIA\\_SOBRE\\_DEFICIENCIA\\_NA\\_ERA\\_DA.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/TERMINOLOGIA_SOBRE_DEFICIENCIA_NA_ERA_DA.pdf). Acesso em: 29 out. 2025.

SILVA, Ronaldo Quirino da; GUARINELLO, Ana Cristina; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. *O intérprete de Libras no contexto do ensino superior*. **Revista**





**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

**Teias**, v. 17, n. 46, Observatórios de Educação Especial e Inclusão Escolar, 2016.

Disponível em: [https://www.e-](https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/25283/18542)

[publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/25283/18542](https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/25283/18542). Acesso em: 29 out. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Resolução nº 1710/2021 – CONSU**, de 14 de outubro de 2021. Cria o Núcleo de Apoio à Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Altas Habilidades/Superdotação e Mobilidade Reduzida da Universidade Estadual do Ceará – NAAI e aprova seu Regimento. Fortaleza: UECE, 2021. Disponível em: <http://www.uece.br>. Acesso em: 10 ago. 2025.

**Submetido: 30/11/2025**

**Aprovado: 15/12/2025**

**Publicado: 01/01/2026**

#### **Autoria:**

<sup>1</sup> **Jordana Dias de Oliveira**, ORCID:<https://orcid.org/0009-0006-3391-4660>

Universidade Estadual do Ceará; Centro de Educação; Curso de Pedagogia  
Graduanda em Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará - UECE; Pesquisadora em Educação Positiva aplicada ao tratamento de crianças com Transtorno de Espectro Autista; Bolsista de Iniciação Científica na área de Educação Especial e Inclusiva no Ensino Superior.

Contribuição de autoria: Pesquisa e escrita.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0188864917469582>

*E-mail:* [jordana.dias@aluno.uece.br](mailto:jordana.dias@aluno.uece.br)

<sup>2</sup> **Arthur Dias de Moura Nascimento**, ORCID:<https://orcid.org/0009-0002-3558-1872>

Universidade Estadual do Ceará; Centro de Educação; Curso de Pedagogia  
Graduando em Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará - UECE; Pesquisador na área de Educação e Desenvolvimento Infantil; Educação Popular; Direitos da Criança. Bolsista de Iniciação Científica na área de Educação Inclusiva e Especial no Ensino Superior.

Contribuição de autoria: Pesquisa e escrita.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4860118753994995>

*E-mail:* [arthur.dias@aluno.uece.br](mailto:arthur.dias@aluno.uece.br)

<sup>3</sup> **Giovana Maria Belém Falcão**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0995-1614>

Universidade Estadual do Ceará; Programa de Pós Graduação em Educação; Centro de Educação

Doutora em Educação (UECE); Mestra em Educação (UFC) e Graduada em Psicologia (UFC). Professora do Centro de Educação da UECE lotada no curso de Pedagogia e no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da UECE.

Contribuição de autoria: Orientação, supervisão e revisão do trabalho.



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4445200634509031>

E-mail: [giovana.falcao@uece.br](mailto:giovana.falcao@uece.br)